

POLÍTICA E ECONOMIA NO BRASIL: 1990 – 2002

Iuri Cavlak¹

RESUMO

Este artigo visa estudar as principais configurações, na economia e na política, que foram implementadas no Brasil a partir de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Melo, até o final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2002. Objetiva-se aquilatar as mudanças ocorridas no país no bojo do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, período intermédio entre o fim da ditadura e o novo ciclo iniciado com a chegada do PT ao poder central.

Palavras-chave: Política; Economia; Neoliberalismo.

POLITICS AND ECONOMICS IN BRAZIL: 1990 – 2002

ABSTRACT

This article aims study the most important configurations, in the economy and policy, that went implement in Brazil from 1990, with the election of Fernando Collor de Melo, until the end of the mandate of Fernando Henrique Cardoso, in 2002. It aims assess the changes occurs in the country in the midst of neoliberalism and productive restructuring, intermediate period between the end of dictatorship and the new cycle opened with the arrive of PT in the central power.

Keywords: Policy; Economic; Neoliberalism.

JEL: R11

1 INTRODUÇÃO

Uma noção do idealismo clássico alemão, atribuída a Hegel, postula que a coruja de Minerva só levanta voo ao entardecer. Em outras palavras, o conhecimento adviria após o desenvolvimento mais ou menos pleno de um período histórico, quando suas configurações tornar-se-iam claras para o entendimento humano.

Penso que pode-se aplicar essa noção a historiografia brasileira do tempo presente, no que tange a tentativa de historicizar a chamada década neoliberal, *grosso modo* entendida como iniciada no governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, e encerrado a partir da posse de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. Um

¹ Doutor em História pela Unesp (Assis). Professor do curso de História e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. iuricavlak@yahoo.com.br



período que, embora longe de repousar em unanimidade, encerra um acúmulo analítico imprescindível para pensarmos a vida contemporânea da nação.

A respeito do tempo posterior, até pela falta de um consenso solidificado sobre o neoliberalismo brasileiro, as interpretações são diferenciadas, com o nó górdio encerrando-se na continuidade ou na ruptura que Lula teria implementado em relação aos governos tucanos. Historiadores como Valério Arcary, por exemplo, trabalham com a noção de reformismo de baixíssima intensidade (reformismo quase sem reformas), enquanto Lincoln Secco acompanha André Singer na definição de “lulo-petismo” como chave interpretativa do contexto. Da sociologia, tem-se, entre outras, a noção de “social desenvolvimentismo”, de forma mais sofisticada problematizada por Giovani Alves (ARCARY, 2013; SECCO, 2011; SINGER, 2010; ALVES, 2015).

Embora a década anterior também se encontre enredada por posicionamentos díspares, um traço fortíssimo de períodos históricos ainda muito próximos, entendo haver maior concordância em relação a ela. Assim, intento destacar alguns elementos econômicos e políticos que julgo imprescindíveis para compreendermos essa fase de agudas reformas do estado brasileiro, na esteira das mudanças advindas da reestruturação produtiva mundial e do fim do socialismo real no leste europeu.

Não obstante possamos questionar o termo neoliberalismo para caracterizarmos o sistema econômico e político que sustentou os governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, parto de uma historiografia que utiliza desse termo de forma assertiva. A pertinência dessa noção e seus desdobramentos pretendo demonstrar neste artigo.

2 O contexto internacional

O Brasil dos anos 1990 é uma resultante de duas mutações sociais umbilicalmente atadas e com articulações mundiais. A revolução microeletrônica dos anos 1970, conceituada sociologicamente em termos como “terceira revolução industrial” ou “reestruturação produtiva”, e sua expressão na política, o chamado neoliberalismo.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970, o capitalismo vivenciou seus anos dourados do ponto de vista econômico, com altas

taxas de crescimento, lucro e produtividade, sobretudo nos países da tríade: Estados Unidos, Europa Ocidental (com destaque para a Alemanha) e Japão. Com a expansão da União Soviética e do movimento trabalhista no mundo desenvolvido, somado as guerras de independência e descolonização na periferia, esses Estados se viram constrangidos a intervirem no mercado no sentido de obrigar as grandes empresas a concederem direitos sociais, absorvendo os partidos de esquerda no jogo institucional e evitando assim revoluções.

Isso foi possível por conta do crescimento econômico contínuo, permitindo as empresas pagarem impostos aos Estados e ao mesmo tempo dividirem parcelas de lucros e dividendos com seus trabalhadores e, no final do processo, ainda auferirem lucros satisfatórios. Os trinta anos gloriosos se assentaram nesse círculo virtuoso, população entrando no mercado de trabalho – cada vez mais mulheres e jovens – recebendo salários e consumindo produtos das empresas cada vez mais ricas com a venda de suas mercadorias nesse cenário de expansão (ALVES, 2000).

Os Estados nacionais, fortalecidos nesse contexto, implementaram uma legislação social conhecida como *Welfare State* (Estado do bem estar), investindo em escolas, hospitais, universidades e aposentadorias, melhorando a vida de centenas de milhares de trabalhadores. Em cada país muitos setores da economia se consolidaram enquanto responsabilidade de empresas públicas, sobretudo ramos que demandavam pesados investimentos e retorno de lucratividade a longo prazo, como sistemas de transportes, indústria pesada e geração de energia, bem como de segurança nacional como telecomunicações e armamentos. A história da humanidade, depois de guerras, catástrofes e pobreza, parecia caminhar num progresso contínuo.

Mas o circuito começou a demonstrar problemas no início dos anos 1970. O crescimento acentuado das empresas, multi e transnacionais, levou ao aumento exponencial dos monopólios, fruto da concorrência acelerada nos anos anteriores, e uma arena cada vez mais competitiva. Os lucros começaram a decrescer e os empresários passaram a demonstrar cada vez mais reticências sobre os sindicatos e os partidos operários por um lado, e sobre o papel estatal e a legislação social por outro (COGGIOLA, 2011, p. 9)

Na disputa pelo aumento da produtividade e pela diminuição do poder de barganha da mão de obra, ocorreu um salto tecnológico de escala histórica, quando

se alastrou a robotização das plantas produtivas e a automatização das fábricas, levando as grandes empresas a produzir mais com cada vez menos gente. Encarando a crise de lucratividade como uma “fuga para frente”, o grande capital passou a patrocinar fortemente partidos políticos comprometidos com o desmonte do Estado de bem estar, a venda de empresas estatais e a flexibilização dos direitos trabalhistas. O resultado foi a eleição, quase que simultânea, de três grandes líderes neoliberais em três países chaves do globo, Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), Helmut Kohl na Alemanha Ocidental (1982-1990) e Margareth Thatcher na Inglaterra (1979-1990), todos eles ditando a tendência para o sistema internacional.

Em seus respectivos países, os anos de 1980 foram marcados pelas reformas que fortaleceram as classes proprietárias e enfraqueceram os subalternos, diminuindo progressivamente as verbas para os serviços públicos, retirando direitos trabalhistas e patrocinando um processo de demissão em massa de trabalhadores outrora estáveis. A retomada das taxas de lucros dos grandes monopólios se deu as custas da diminuição da partilha do fundo público com a sociedade em geral. A “festa” dos trinta anos gloriosos havia acabado (ANTUNES, 1999, p. 35-40).

Uma outra faceta extremamente importante dessa marcha foi o fortalecimento do setor financeiro em detrimento do comércio e da indústria. Na medida em que as demissões levaram a um enxugamento do mercado de trabalho e do consumo, ao mesmo tempo em que as fatias do mercado estavam cada vez mais disputadas, muitos empresários passaram a obter maior lucratividade deixando de reinvestir seus lucros no processo material de produção e aplicando-os no mercado financeiros, formando gigantescos conglomerados de acionistas e banqueiros especializados em emprestar dinheiro para as nações mais pobres. A dívida do chamado terceiro mundo mais que quadruplicou, e as bolsas de valores ganharam uma importância primordial na vida social, afetando o dia a dia de bilhões de pessoas no mundo todo.

3 O contexto nacional

O Brasil vivenciou esse período de maneira distinta ao mesmo tempo semelhante em relação aos países descritos acima. Em se tratando de um país colonizado e atrasado tecnologicamente, exportador de matérias primas e

importador de manufaturas - de tamanho continental e portador de imensas riquezas minerais -, interagiu com o processo de ascensão capitalista e a fase depressiva de maneira original.

Na etapa expansionista, foi construindo um diversificado parque industrial através de governos progressivamente influenciados por partidos de esquerda, como o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e o governo João Goulart (1961-1964). Sem entrar aqui na imensa discussão conceitual a respeito desse período da nossa história política, ressalto apenas que foi no período de crescimento capitalista que os trabalhadores também no Brasil incrementaram seu poder de barganha frente ao Estado e as empresas. Todavia, num contexto de imensa desigualdade social, existência de grandes latifúndios e níveis brutais de exploração do trabalho, as classes proprietárias brasileiras não suportaram, como fizeram as norte-americanas e europeias, integrar os trabalhadores na ordem burguesa através do Estado de bem estar baseado na democracia liberal. Optaram pela intervenção militar e a consequente modernização conservadora, ou seja, crescimento econômico sem participação popular (BANDEIRA, 2003, p. 349).

O esquema funcionou mediante repressão brutal sobre os setores descontentes da sociedade, sobretudo a partir de 1968, quando a ditadura recrudesciu. O círculo virtuoso que ocorria no mundo desenvolvido por aqui se deu de maneira truncada, com arrocho salarial e manutenção da pobreza dos trabalhadores, momentaneamente banidos da política, enquanto a economia crescia a mais de 10% ao ano no período do “milagre brasileiro”. Sem um mercado interno pujante, a saída foi a exportação e com isso uma diplomacia agressiva, um conjunto de variáveis batizadas por ideólogos militares o início dos anos 1970 de “Brasil Potência” (SINGER, 1976).

Mas a crise chegou com mais força no Brasil a partir dos anos 1980, e com isso a desaceleração econômica e o enfraquecimento do poder do Estado em gerir o fundo público, com as empresas reivindicando pagar cada vez menos impostos. A saída pensada pelos militares foi a passagem do poder para os civis, transição “lenta, gradual e segura” iniciada já na metade da década no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e acelerada na administração de João Batista Figueiredo (1979-1985). Com a extrema esquerda (comunistas e socialistas) arrasada pela repressão

e os importantes líderes pré-golpes mortos – (João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda), o caminho se mostrou relativamente tranquilo para a volta das eleições em todos os níveis. O contexto internacional onde um enfraquecido movimento sindical convivia com a crise final do campo soviético incentivava a saída brasileira da ditadura e a passagem da gerência da crise econômica para os civis, mais capacitados politicamente porque respaldados pelo voto. A dívida externa e a hiperinflação grassavam no país, e as soluções imaginadas giravam em torno de medidas antipopulares, mais um ponto de desgaste a ser evitado pelos militares (FERNANDES, 1985).

A novidade foi o aparecimento de demandas sociais abafadas que foram canalizadas para a criação de um novo partido político, vitaminado por greves operárias na região metropolitana de São Paulo na virada dos anos 1970 para os anos de 1980. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e o movimento das “Diretas Já” pegou de surpresa as classes proprietárias brasileiras, que conseguiram no curto prazo conter a onda de avanço dos trabalhadores através da saída negociada da ditadura via Colégio Eleitoral. A eleição indireta do moderado Tancredo Neves e de seu vice José Sarney, em 1985, foi resultado disso (SECCO, 2011, p. 113-121).

Não obstante, a médio prazo a efervescência social continuou presente, impedindo o governo Sarney de implementar o neoliberalismo de imediato. Embora nesse período (1985-1990) o país não tenha se tornado menos desigual, algumas posturas de defesa da soberania econômica nacional tiveram que ser tomadas, o que explica a relativa falta de apoio do FMI (Fundo Monetário Internacional) aos planos que intentavam conter a inflação sem atingir plenamente os trabalhadores (Plano Verão, Plano Bresser, Plano Cruzado). Por outro lado, uma constituição progressista foi votada em 1988, e o sucessor de Sarney, do ponto de vista das classes dominantes, ali construído, o respeitável e confiável social democrata Ulysses Guimarães.

Muitos historiadores apontam para o ano chave de 1989 como um divisor de águas na história de nosso tempo presente. Enquanto internacionalmente a direita avançava e o Muro de Berlim era derrubado, aqui a luta política esquentava e se mostrava indefinida, em um ambiente social que aos poucos foi rachando a política institucional em dois polos. Nos rincões do país e na zona rural, a imensa massa de

analfabetos se viu alvo de uma poderosa campanha política para capturar seus votos, que contou com lances espetaculares e grotescos (SECCO, 2011, p. 132).

A meu juízo, o discurso e a presença dos políticos tradicionais se mostraram defasados frente a essa nova realidade. Assim, os partidos da ordem oriundos da ditadura não lograram a confiança do empresariado e das grandes fortunas, que enxergaram num então desconhecido jovem político do pequeno estado de Alagoas a possibilidade mais certa da vitória. Construiu-se a figura nacional de Fernando Collor de Melo, o “caçador de marajás”, lutador de artes marciais e fã de esportes radicais. Com os principais jornais, rádios e revistas a seu favor, liderou disparado as pesquisas de intenção de votos.

Por outro lado, a capilaridade que o PT possuía entre os trabalhadores organizados das cidades e alguns sindicatos rurais demonstrou de extremo poder de aglutinação, galvanizando a campanha de Luís Inácio “Lula” da Silva e sua espetacular subida nas pesquisas nas últimas semanas que antecederam as eleições. Um ano antes, Luiza Erundina, também do PT, havia de forma surpreendente vencido Paulo Maluf nas eleições para a prefeitura de São Paulo, a maior cidade da América do Sul, respaldando as possibilidades da construção nacional do projeto petista.

Em 15 de novembro de 1989, Collor e Lula passaram para o segundo turno, e a nação se viu posta de forma mais ou menos clara ante duas alternativas. A primeira significava o neoliberalismo, a segunda o socialismo. De um lado, a direita tradicional, o empresariado e os meios de comunicação; de outro, os trabalhadores organizados, segmentos sociais-democratas e os intelectuais.

A campanha no segundo turno, que durou até 17 de dezembro, foi marcada pela brutalidade utilizada pela chapa de Collor e seus apoiadores no desespero de evitar a vitória do oponente. Acusou-se Lula da intensão de confiscar os bens da classe média, pagou-se uma soma de dinheiro para sua ex-mulher afirmar em rede nacional que ela fora obrigado por ele a fazer um aborto, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) através de seu presidente, Mario Amato, jurou que se Lula vencesse 200 mil empresários abandonariam o Brasil no dia seguinte, a polícia federal permitiu que se vestisse com camisas do PT os sequestradores do empresário Abílio Diniz, então dono da rede de hipermercados Pão de Açúcar, na hora em que os jornais fotografaram a quadrilha. Mesmo com todas essas

artimanhas a corrida eleitoral estava acirrada, e então a Rede Globo de Televisão, para todos os efeitos neutra, usou do último debate eleitoral como instrumento de campanha de Collor, manipulando as reprises do debate ao destacar somente os melhores momentos de Collor e os piores de Lula.

Todo esse medo das classes proprietárias tinha razão de ser, na medida em que o PT a época representava uma legítima aspiração de mudança radical da sociedade, com claras propostas de reforma agrária, tributária e urbana, baseadas numa profunda necessidade de distribuição de renda e socialização dos meios de produção. Naquele momento, Lula e seu partido não tinham compromissos com o *establishment* econômico, não haviam participado do jogo político tradicional (votaram contra a “constituição burguesa” de 1988), e haviam construído sua campanha na base da militância ideológica, sem o patrocínio de grandes interesses empresariais. Em verdade, não se sabe para onde o país iria se aquele PT vencesse as eleições.

No final de 1989 os brasileiros escolheram seu caminho. Fernando Collor de Melo, com 35 milhões de votos, 4 milhões a mais que Lula, se tornou o trigésimo segundo presidente do Brasil, o primeiro depois de trinta anos sem eleições diretas para esse posto. Dez anos depois da vitória neoliberal nos países desenvolvidos, por aqui também essa nova forma de gerência da sociedade se consolidou.

4 O BRASIL DOS ANOS 1990

O governo de Fernando Collor de Melo, iniciado em 15 de março de 1990, foi marcado por uma rápida mudança no aparelho de Estado, que de pronto tentou se adequar as reformas neoliberais e a nova ordem internacional. Oriundo de uma região atrasada e de um partido sem expressão, Collor esforçou-se em se mostrar o mais confiável possível das elites, protagonizando uma série de transformações que, nas mãos de um político com maior tradição e apoio nacional, provavelmente se dariam de forma menos apressada e com maior planejamento, tendo em vista a complexidade da economia brasileira.

Rebaixou tarifas de importação sem exigir contrapartida para os produtos nacionais, confiscou a poupança de milhares de correntistas e lutou contra a inflação à custa de uma severa recessão econômica. Havia mais produtos importados nas

prateleiras, menos dinheiro circulando e uma sequência de falência de empresas domésticas causando um salto nas estatísticas de desemprego.

Por outro lado, participou de um esquema de corrupção que não partilhava suas benesses com uma faixa mais ampla da classe política em Brasília. Seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo Cesar Farias, aparentemente ligado a grandes redes internacionais de lavagem de dinheiro, reservou o butim para seus apadrinhados e descontentou muitos indivíduos poderosos. A combinação de desarranjo econômico com crise política se tornou incontornável quando o irmão do presidente, em maio de 1992, revelou a imprensa uma parte das atividades ilícitas.

Não havia um consenso entre as classes dominantes em torno de Collor, o que levou seus parceiros a abandoná-lo e fazê-lo um presidente enfraquecido politicamente. A Rede Globo de Televisão passou de apoiadora incondicional para um posicionamento crítico, transmitindo um seriado de muito sucesso, “Anos Rebeldes”, que incitou setores da juventude a ocuparem as ruas de algumas capitais pedindo a saída do presidente. Àquela altura, uma costura política foi feita para uma mudança pelo alto, com um processo de *impeachment* aberto no Congresso Nacional por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) composta de senadores e deputados, muitos deles da base governista até a véspera. Para escapar de um processo de investigação mais acurada, Collor renunciou ao mandato em dezembro de 1992.

O cargo foi assumido por seu vice, o mineiro Itamar Franco, que reconstruiu a viabilidade do governo através de alianças com grandes partidos tradicionais e a diminuição do ritmo das reformas neoliberais. Seu grande trunfo foi o apoio das instituições de crédito internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, bem como um posicionamento mais ativo dos Estados Unidos, temendo que o processo pudesse derivar para uma administração não alinhada a seus interesses. Em maio de 1993, o então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, foi nomeado para o Ministério da Fazenda, comandando a implementação do Plano Real.

Esse Plano foi construído com a participação de banqueiros e empresários junto a participação do capital internacional, consistindo em diminuição dos gastos do Estado, privatização das empresas estatais e atrelamento do valor da moeda brasileira ao dólar norte-americano. A explicação desse plano não é simples e

demandaria uma análise mais demorada. De forma sucinta, pode-se afirmar que o objetivo primordial era conter a inflação, uma realidade presente a muitas décadas no Brasil, que vários governos tentaram aplacar mas falharam. A diferença do Real para os outros repousava, entre outros fatores, na capacidade de aglutinação dos interesses empresariais em manter o equilíbrio de preços num contexto de novo salto tecnológico mundial e financeirização da riqueza. Em outras palavras, o capital rentista viria para os países que terminassem com a espiral inflacionária e criassem um ambiente onde a previsão e controle pudessem ser exercido. Não à toa que os países sul-americanos tomadores de empréstimos, como a Argentina, o Chile e o Uruguai também liquidaram com a inflação no mesmo período que o Brasil (ROMERO, 1998).

Essa nova organização econômica fazia parte da política internacional dos Estados Unidos. Em 1990, depois de várias reuniões entre os membros do FMI, do Banco Mundial e do Ministério da Fazenda dos Estados Unidos, cunhou-se o termo Consenso de Washington, nominando uma série de medidas econômicas que todos os países importantes latino-americanos deveriam adotar se quisessem continuar recebendo investimento internacional. As principais delas, implementadas no Brasil no contexto do Plano Real, resumidamente, foram:

- 1) responsabilidade fiscal: a obrigação dos governos em arrecadar cada vez mais impostos e gastar cada vez menos dinheiro, gerando um superávit a ser utilizado para pagar os juros da dívida externa e de novos empréstimos;
- 2) redução dos gastos públicos: o Estado se desobrigar progressivamente a custear obras de infraestrutura e serviços, como rodovias, aeroportos, universidades, escolas e hospitais. O mercado com suas leis de oferta e demanda seria mais eficiente para gerenciar essas questões;
- 3) reforma tributária: o Estado implementar novas leis para desonerar os ganhos de capitais e os lucros das grandes empresas, em troca criando novos impostos sobre os salários e o consumo;
- 4) juros e câmbio de mercado: altas taxas de juros para atrair o capital especulativo e proibição de utilizar a variação do valor da moeda enquanto política econômica. A moeda tinha que ter um valor fixo, atrelado ao dólar, e o Banco Central obedecer as ordens dos investidores internacionais (vem daí a questão de “independência do Banco Central”, ou seja, não importando o

governo eleito, a macro política econômica sendo ditada pelas instituições de créditos internacionais);

- 5) abertura comercial: baixar as tarifas aduaneiras e importar o máximo de produtos produzidos nos países mais adiantados tecnologicamente, mantendo os hipermercados e shopping centers com as prateleiras e vitrines cheias, estabilizando o preço e desprotegendo a indústria nacional.
- 6) investimento estrangeiro direto: acabar com as restrições legais a respeito da chegada de investimentos no país e a remessa de lucros para as matrizes. Facilitar a participação do capital internacional na fusão e aquisição de bancos;
- 7) privatização das estatais: vender a qualquer custo, geralmente muito abaixo do valor, as empresas pertencentes ao Estado para a iniciativa privada;
- 8) afrouxamento das leis trabalhistas: fornecer maior liberdade aos patrões no momento de contratar e demitir funcionários, aumentar a jornada de trabalho, diminuir as horas de descanso e férias, incentivar a terceirização (BANDEIRA, 2003, p.474).

Importante destacar que o Plano Real foi sendo executado através de medidas provisórias, desrespeitando muitas cláusulas da Constituição Federal de 1988 e sem o mínimo processo de discussão e consulta popular.

Com efeito, o fato de domar a inflação rendeu um capital político inegável para Fernando Henrique Cardoso, que se descompatibilizou do cargo de ministro para concorrer a eleição presidencial de outubro de 1994. Tendo um passado político de esquerda, FHC surpreendeu a muitos quando costurou uma aliança com os principais políticos conservadores do Brasil, com a velha e a nova direita e com o conjunto das classes proprietárias. Ex-professor universitário, sociólogo respeitável e de vida política impoluta, era uma figura insuspeita e nacionalmente articulado para unir todos os interesses das elites nacionais e internacionais. Totalmente conectado com a nova fase do capitalismo, possuía uma série de requisitos ausentes em Collor, Itamar e Sarney.

Do outro lado, novamente apareceu Lula e o PT como representantes de um outro projeto social. Mas as transformações internacionais e nacionais que tomaram lugar depois de 1989 atingiram fortemente o partido e seus apoiadores. Com os escândalos e a renúncia de Collor, os petistas imaginaram como garantida a vitória

na próxima eleição presidencial, afinal, a opção havia girado no fim das contas em torno de apenas dois nomes, e as pesquisas de intenção de votos realizadas após o *impeachment* mostravam ampla vantagem para Lula. Como se fosse apenas uma questão de tempo para se chegar à presidência da república.

O colapso da União Soviética e do campo socialista afetaram o Partido dos Trabalhadores. As correntes majoritárias pregaram um desapego as bandeiras socialistas e um reajuste para os novos tempos, caminhando na direção da social democracia. O partido perdeu uma série de aguerridos militantes com os expurgos de 1992, em que várias correntes, taxadas de “radicais”, saíram do partido para formarem outras agremiações, como o PCO (Partido da Causa Operária) e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados).

Mas a social democracia naquela época era associada ao partido de FHC (PSDB), e o sucesso do Plano Real e o amplo arco de alianças construídos por esse grupo deslocou o PT de seu favoritismo. A máquina governamental, o tempo de televisão e a aliança com o PFL de Antônio Carlos Magalhães foram fatores-chaves para a sustentação dos tucanos, que assim garantiram sua inserção nas regiões do Norte e Nordeste. Certamente que Lula representava aspirações diferentes do seu rival, como a reforma agrária, o crescimento – e não a diminuição – dos direitos trabalhistas, a distribuição de renda como forma de alavancar o mercado interno, o fortalecimento dos serviços públicos e a suspensão do pagamento da dívida externa. O fim da inflação e as novidades que o Real encerrava eram elementos inéditos na sociedade brasileira, dificultando sua interpretação por parte da oposição e a transformação em elemento de campanha. Assim, Lula despençou e, mesmo fechando com Leonel Brizola e o PDT como vice na chapa, perdeu as eleições ainda no primeiro turno. Em 3 de outubro de 1994, FHC obteve pouco mais de 34 milhões de votos contra 17 milhões de Lula.

O governo de Fernando Henrique Cardoso marcou o ápice das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva no Brasil. As medidas evocadas pelo Consenso de Washington foram em grande parte seguidas, e o Brasil se tornou um dos mais elogiados países no conceito do FMI e da diplomacia norte-americana. Muitos investimentos entraram no país, atraídos pelas altas taxas de juros e baixas restrições quanto a remessa e o reinvestimento dos lucros, aumentando ainda mais a dívida externa. Indústrias de ponta conquistaram ganhos de produtividade, novos

cargos de gerência foram criados, enquanto indústrias de menor porte faliram demitindo seus empregados. O sistema público de saúde e de ensino foram afetados pela diminuição de repasse de verbas estatais. As filas para o atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde) tornaram-se crônicas, enquanto as escolas privadas responsáveis pelo primeiro e segundo grau se multiplicaram em todas as regiões.

Com a Reforma da Previdência sendo gestada, que obrigaria mais anos de contribuição, muitos professores universitários optaram pela aposentadoria, desfalcando seus respectivos departamentos. O investimento em ciência e tecnologia minguou, sob o argumento de que, nesses novos tempos, muito mais barato seria comprar pesquisas já prontas do estrangeiro do que fazê-las por aqui.

As privatizações das empresas estatais, outro caminho para a chegada de capital estrangeiro, marcaram a gestão de FHC. Grandes indústrias construídas ao longo de décadas, na fase expansionista do capitalismo, foram transferidas para a iniciativa privada. As principais foram a Telebrás (responsável pelas telecomunicações), Vale do Rio Doce (gigante da mineração), CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Embraer (fábrica de aviões), e os bancos estaduais, federalizados e depois vendidos (Banespa, Banerj, Meridional, etc). Também as prestadoras de serviços como luz elétrica e água (Light no Rio de Janeiro, Eletropaulo em São Paulo e dezenas correspondentes aos outros Estados). O sistema ferroviário para passageiros foi abandonado, em muitos casos comprados por consórcios de empresas de ônibus, interessados no monopólio do transporte. Várias rodovias foram cedidas para empresários administrarem os pedágios.

Do lado do governo, o argumento era que se tratava de empresas ineficientes e gastadoras, e que o mercado cuidaria melhor de todo o sistema. O dinheiro arrecadado serviria para equilibrar o orçamento nacional, e a nova gestão para melhorar e baratear os serviços. Para a oposição, tratava-se da perda de soberania nacional e ainda mais gastos, na medida em que a maioria das grandes aquisições contaram com dinheiro público emprestado via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A dívida externa continuou crescendo, bem como as tarifas para a utilização dessas empresas.

A meu juízo, as privatizações, dentro do contexto de reestruturação do aparelho de Estado, impulsionaram a internacionalização da economia, e com isso a

perda do poder de controle e proposição macro estruturais da política doméstica. A ofensiva neoliberal atingiu toda a América Latina nos anos 1990. Na Argentina, por exemplo, as privatizações foram mais agudas, embora de menor valor bruto. Se privatizou até o zoológico de Buenos Aires.

Enfim, o discurso de que não havia outra alternativa calou fundo no imaginário popular. Com imenso respaldo político e econômico, FHC novamente mudou a Constituição Federal aprovando a reeleição para presidente, governador e prefeito, num processo que tudo indica envolveu corrupção entre os deputados, até o momento não apuradas. Seguindo com amplo arco de alianças, FHC utilizou de tempo de sobra na propaganda eleitoral gratuita e um orçamento de campanha astronômico, novamente vencendo Lula em primeiro turno no pleito realizado em outubro de 1998. Obteve cerca de 36 milhões de votos contra 21 milhões de Lula.

O segundo governo de FHC, o primeiro presidente reeleito da história do país, aprofundou a agenda pensada e implementada nos anos anteriores. E o resultado foi uma grande recessão econômica agravadas por escândalos de corrupção que só não abalaram seriamente o governo porque a Procuradoria Geral da República se negou a acatar as denúncias, bem como o legislativo, de maioria governista, demonstrou má vontade a cada pedido de abertura de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

Uma crise financeira internacional, desencadeada em 1999, obrigou o governo a abandonar a paridade do real com o dólar, na medida em que vários investidores internacionais abandonaram o país. Com a saída desses capitais, o governo foi obrigado a pedir novos empréstimos ao FMI, aumentando a dívida externa, que chegou a um patamar de 30% do PIB, a maior registrada até então. A taxa de crescimento econômico alcançada no final da década foi menor que nos anos 1980, demonstrando a incapacidade da política neoliberal em reverter a tendência negativa oriunda da crise dos anos 1970. Proporcionalmente a população, havia menos gente empregada formalmente do que no passado (ALTAMIRA, 2003).

Para pagar os juros da dívida, o governo se tornou ainda mais austero com os gastos públicos, prejudicando os setores já carentes de educação, saúde, moradia e infraestrutura. A crise de produção de energia foi tão grave que levou os brasileiros a serem obrigados ao racionamento de eletricidade. Para tentar aplacar esses problemas, FHC criou políticas paliativas de assistencialismo como “Universidade

Solidária” e “Amigos da Escola”, tentando engajar pais e alunos a realizar trabalho voluntário.

Talvez os programas que deixaram maior legado, embora haja controvérsia sobre o assunto, tenham sido aqueles voltados para aplacar a pobreza extrema, como distribuição de alimentos e recursos financeiros para os mais pobres, englobados no nome “Comunidade Solidária”, que eram comandados pela primeira dama Ruth Cardoso.

A nova realidade brasileira nos anos 1990 se expressou fortemente na cultura, com a entrada de grandes capitais buscando rentabilidade nessa área. O ramo musical ficou marcado pela repetitividade e baixa sofisticação, com fórmulas simples sendo criadas e reproduzidas para o gosto popular. No Sul e Sudeste, a lambada, o “sertanejo urbano”, a “axé music” e o “pagode” foram fartamente disseminados, sobrepujando outras expressões artísticas que cada vez mais estiveram relegadas aos guetos, como as músicas de protesto, o funk e o samba. O movimento que criou e sustentou o rock brasileiro nos anos 1980, com suas peculiares características de crítica social e reflexão sobre as possibilidades para o futuro do país praticamente desapareceu. Bandas oriundas desse contexto, como Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Titãs, Barão Vermelho, Ultraje a Rigor, Ira e tantas outras não conseguiram repetir a excelência de produção musical de dez anos antes. Ou perderam espaço na televisão e nas rádios ou se tornaram repetitivas (ALEXANDRE, 2013).

Também o interesse pela política foi perdendo espaço na vida social. O jovem típico que emergiu foi aquele desligado de partidos e sindicatos, com pouco interesse em leitura e mobilizações sociais e precária formação ideológica. A profissionalização do jogo político e seu apartamento do cidadão comum levou a emergência dos “marqueteiros”, figuras com equipes especializadas em captar símbolos e estereótipos populares e transformar em discursos para candidatos, qualquer candidato, que pudesse pagar por esses serviços.

A estrutura fundiária permaneceu inalterada em suas características principais, com os grandes latifúndios se tornando propriedades para especulação ou grandes empreendimentos modernizados, antessala para o que viria a ser conhecido como agronegócio. Não à toa que o movimento social mais combativo da década quiça tenha sido o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra),

com uma dinâmica de formação de quadros, autoeducação e táticas de movimentação das mais sofisticadas. Combatido pelo Estado, foi duramente castigado pelos pistoleiros a mando dos donos das fazendas, sofrendo momentos dramáticos como o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, quando 19 integrantes foram mortos pela polícia estadual do Pará, ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

Por conta da economia sob forte influência do mercado e a baixa participação política da população em geral, o presidente aproveitou para se ausentar do país com grande frequência, desenvolvendo o que ficou conhecida como “diplomacia presidencial”. Viajando para quase todos os lugares do mundo, FHC angariou vários prêmios pessoais, o que não ajudou na elevação do Brasil a um papel mais decisivo no jogo das relações internacionais. O Mercosul se viu paralisado nos estágios intermediários, sem moeda única e política financeira planejada, e a abertura tarifária em relação a economia norte-americana mais separou do que uniu os dois principais países do bloco, Brasil e Argentina (BANDEIRA, 2003, p. 525).

Quando a eleição presidencial de 2002 se avizinhou, as primeiras pesquisas indicavam a liderança de Roseana Sarney, filha do ex-presidente Jose Sarney e então governadora do Maranhão. Antes disso, tudo indicava que o sucessor de FHC seria Luiz Eduardo Magalhães, filho do maior cacique político do Nordeste e responsável pela base de apoio ao governo nessa região, Antônio Carlos Magalhães. Morto em 1998 por um ataque cardíaco, Luiz Eduardo abriu espaço para outro filho de outro grande pilar de apoio que o PSDB angariou nas regiões mais atrasadas economicamente.

Vários escândalos apareceram nos jornais sugerindo a ligação de Roseana com lavagem de dinheiro, levando-a rapidamente a desistir da corrida eleitoral e se contentar com seu papel regional. José Serra foi o escolhido como sucessor, num cenário adverso em que as alianças com os políticos tradicionais estavam envelhecidas e desgastadas, e o seu próprio partido dividido entre nomes e programa de governo, na dificuldade em transformar numa narrativa coerente e razoável os oito anos de avanços e retrocessos de seu partido no poder central.

Pela quarta vez, Lula e o PT apareceram como alternativas políticas, todavia num contexto muito diferente daquele apresentado em 1989. O partido, influenciado pelo recuo do movimento dos trabalhadores organizados, pela reestruturação

produtiva e o enfraquecimento do Estado no planejamento de políticas públicas e pelo descrédito do movimento socialista internacional, concretizou um processo de transformação iniciada desde o início da década. As aspirações tidas como radicais foram retiradas do programa de governo, um famoso marqueteiro foi contratado para ajustar o discurso, e os comícios e passeatas, antes bancadas com o suor e o trabalho da militância, foram transformados em grandes shows e espetáculos com artistas contratados a peso de ouro. O dinheiro de grandes empresários passou a ser de suma importância para a manutenção do partido em campanha.

Lula teve que lançar publicamente um manifesto em que prometeu cumprir todos os principais contratos assumidos pelo Brasil de FHC, a chamada Carta ao Povo Brasileiro. Em outras palavras, o candidato jurou perpetuar os pilares do neoliberalismo, como as privatizações, política cambial, superávit primário e pagamento dos juros da dívida externa. Referências as transformações estruturais como tributação das grandes fortunas e reforma agrária, protagonistas na história do partido, foram relegadas a um plano secundário. Conquistou a aliança da maioria do empresariado nacional, muito pela escolha de seu vice, o rico empreendedor do setor têxtil e político mineiro Jose Alencar, líder do Partido Liberal, e um voto de confiança do sistema internacional.

Utilizando do capital político angariado desde os tempos de líder metalúrgico no ABC paulista, também aglutinou votos da esquerda, o que não garantiu a vitória em primeiro turno, ocorrida em 6 de outubro de 2002. Lula obteve 39 milhões de votos contra 19 milhões de Jose Serra. No segundo turno, Lula alcançou 52 milhões de votos, finalmente se tornando presidente do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1990 foram indelévelmente marcados por profundas transformações na economia e na política, modificando o antigo país, tal qual se apresentava no final da ditadura nos 1980, e delineando o horizonte do novo, aquele que adentraria o período lulista.

Nesse sentido, foram umbilicais as ligações entre os governos brasileiros dos anos 1990, principalmente os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, com as demandas da economia e da política mundial, pautadas pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo.

A aceleração do tempo histórico demonstrou ser uma constante nessa década, surpreendendo os críticos, a certa altura acudados com o avanço de um conjunto de ideias coerentes e com descomunal poder hegemônico – o pensamento único. Mas também a política institucional, com destaque para os partidos e o ideário de esquerda, construído após a segunda metade do século XX embasados em pilares como fechamento de mercados, defesa da indústria doméstica e avanço da legislação trabalhista. Era como se uma avalanche de modernidade fizesse com que “tudo que fosse solido se desmanchasse no ar”, a começar pela esperança representada pelo socialismo real.

As transformações em tela quiça possam ser comparadas com o primeiro período Vargas (1930-1945), ou mesmo com a ditadura militar (1964-1985), no sentido de que, ao fim do processo, o país se encontrou em patamares muito diferentes do início do próprio processo. As reformas teriam sido profundas e de difícil reversão, num curtíssimo período de 12 anos.

O início da década de 2000 apresentou com efeito essas condições e desafios, respondidas com o fim do governo do PSDB e início do período do PT na direção do aparelho de Estado.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. Dias de Luta: **O Rock e o Brasil dos anos 80**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

ALTAMIRA, Jorge. Brasil: Do acordo com o FMI a vitória de Lula. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **América Latina: Encruzilhadas da História Contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.

ALVES, Giovanni. O Novo (E Precário) **Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. São Paulo, Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARCARY, Valerio. **Um Reformismo Quase Sem Reformas**. São Paulo: Editora Rosa Sunderman, 2013.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Crise do Capitalismo Mundial**. Porto Alegre: Pradense, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporanea de Argentina.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1998.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** São Paulo: Atelie Editorial, 2011.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Paul. **A Crise do “Milagre”:** Interpretação Crítica da Economia Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1976.